

Na sua reunião de 13 de novembro de 2020, o Plenário do Conselho Superior de Estatística:

- **Aprovou o Relatório de Avaliação do Estado do Sistema Estatístico Nacional 2017-2019 (RAESEN)**, conforme procedimento habitual em cada triénio. A avaliação do desempenho do Sistema foi considerada como globalmente positiva, apesar de se terem mantido alguns constrangimentos relacionados, em particular, com recursos humanos e no acesso a fontes de informação administrativa. O CSE identificou desafios futuros e as condicionantes que se preveem relevantes para a sua concretização. [55ª Deliberação do CSE](#)
- **Aprovou o Relatório de Atividades do Conselho de 2019** e emitiu parecer favorável sobre os **Relatórios de Atividades das Autoridades Estatísticas** - Instituto Nacional de Estatística (e Entidades com Delegação de Competências), Banco de Portugal (atividade estatística), Serviço Regional de Estatística dos Açores e Direção Regional de Estatística da Madeira. [56ª Deliberação do CSE](#)

(<http://cse.ine.pt>)

A apreciação destes documentos foi, em ambos os casos, influenciada pelo contexto ocasionado pela pandemia COVID-19. O RAESEN integra recomendações futuras que consideram novas necessidades impostas pelo contexto que será registado após este período, em particular pela necessidade de nova informação em áreas que será determinante acompanhar, designadamente no apoio à definição de políticas públicas. No caso dos Relatórios respeitantes a 2019, a sua apreciação surge tardiamente face ao planeado, uma vez que a atividade do CSE e das Autoridades Estatísticas foi fortemente condicionada entre março e setembro de 2020.

### **AVALIAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL 2017-2019**

A avaliação efetuada pelo CSE sobre o funcionamento do Sistema Estatístico Nacional (SEN) foi considerada como globalmente positiva. Identificaram-se progressos e foi consolidada a modernização dos processos de produção estatística e de difusão da informação; registaram-se também constrangimentos que condicionaram a atividade desenvolvida relacionados, de forma mais evidente

e à semelhança do que sucedeu em anteriores períodos de avaliação, com dificuldades de recrutamento e retenção de recursos humanos qualificados.

Tendo presentes os aspetos identificados, foram reconhecidos como alguns dos desafios que no futuro se colocam ao Sistema Estatístico para que possa ser dada uma resposta efetiva às crescentes e diversificadas necessidades de informação de âmbito nacional e europeu:

- **Acesso a novas fontes de informação**, nomeadamente administrativas e integração de dados, salvaguardando os direitos fundamentais constitucionalmente consagrados;
- Produção de **estatísticas relevantes para a tomada de decisão**, particularmente em áreas onde permanecem lacunas de informação estatística, em especial na área das estatísticas sociais (desigualdades sociais e condições de vida das famílias, saúde, migrações internacionais e internas);
- Resolução dos obstáculos para **acesso à informação administrativa** na produção de estatísticas, em particular na área da saúde e segurança social;
- Melhor adaptação dos processos de **difusão e comunicação** das estatísticas oficiais às novas tecnologias e necessidades dos utilizadores;
- Adequação do perfil e competências dos **recursos humanos**, afetos às entidades do SEN, aos novos desafios tecnológicos e aos avanços científicos relacionados com as abordagens inovadoras que se impõem ao processo de produção estatística (e.g. ciência dos dados).

Foi ainda aprovado um conjunto de ações para a execução destes desafios, dirigidos ao Conselho Superior de Estatística e às Autoridades Estatísticas, cuja concretização pressupõe:

- o **reforço da cultura estatística na sociedade**, seja pelo reconhecimento do “valor” e notoriedade das estatísticas oficiais enquanto bem público, seja pela sensibilização dos cidadãos, empresas e outras entidades, para a responsabilidade cívica e legal de colaborar com as AE na resposta atempada e adequada às suas solicitações, nomeadamente na cedência de dados administrativos, para fins estatísticos;
- a **garantia dos recursos financeiros** adequados às necessidades de produção de estatísticas oficiais atuais e emergentes, e da dotação das AE com recursos tecnológicos atualizados para enfrentar os desafios da transformação digital presente em todos os domínios da sociedade;
- uma mais intensa, ativa e interessada **participação dos membros do CSE, dos utilizadores de estatísticas oficiais e outros**, nas suas atividades.

## 2019 E O SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL

A elaboração dos referidos Relatórios respeitou as linhas de orientação estratégicas e anuais, definidas a nível nacional e europeu, procurando responder com qualidade e em tempo útil, a necessidades dos diferentes utilizadores de estatísticas, na análise da realidade, na tomada de decisão e na avaliação de políticas públicas.

Prosseguiram os esforços de modernização/racionalização dos processos de produção e de difusão estatística e as ações para promoção da literacia estatística, dando prioridade às ações para melhoria da acessibilidade e utilização das estatísticas.

O incremento do aproveitamento de dados administrativos para a produção de estatísticas oficiais e a integração de diferentes fontes de dados e a intensificação da utilização de métodos de recolha mais avançados permitiram melhorar a qualidade de produção estatística e, simultaneamente, a diminuição dos custos associados à produção da informação estatística e à carga sobre os respondentes.

Na atividade do **Conselho Superior de Estatística** destacou-se:

- o acompanhamento dos desenvolvimentos que ocorreram na “Infraestrutura Nacional de Dados no INE”, assente no acesso a novas fontes de informação e integração de dados;
- a adoção para utilização no âmbito do SEN da Classificação Nacional de Bens e Serviços 2016 - CNBS/2016;
- a conclusão da análise do conteúdo base e das variáveis a observar nos Censos 2021, destacando-se a apreciação, a pedido do Grupo de Trabalho Censos 2021 – Questões “Étnico-Raciais”, criado por Despacho ministerial, da proposta de inclusão de uma questão sobre a origem/pertença étnico-racial no questionário dos Censos 2021;
- o acompanhamento através de Grupos de Trabalho setoriais da criação de indicadores sobre desigualdades sociais e de indicadores da competitividade e produtividade da economia portuguesa;
- o acompanhamento da implementação do Portugal 2020 a nível regional, em colaboração com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Na atividade das Autoridades Estatísticas manteve-se a preocupação com o desenvolvimento de áreas estratégicas no contexto da inovação tecnológica, da integração de dados de múltiplas fontes para fins

estatísticos, da melhoria da difusão e comunicação e da devolução à sociedade de informação estatística de maior valor acrescentado.

Das atividades desenvolvidas destacam-se:

- No domínio da **produção**:
  - a continuação da implementação da Infraestrutura Nacional de Dados no INE, bem como a utilização da recolha eletrónica de dados nos inquéritos às empresas e a intensificação da utilização do modo de recolha telefónica (CATI) e Web (CAWI) em inquéritos dirigidos às famílias;
  - a preparação e execução de operações estatísticas de grande relevância por parte do INE, como o início da recolha do Recenseamento Agrícola 2019, a preparação do Recenseamento da População e da Habitação 2021 ou a recolha de informação do Inquérito Nacional de Saúde 2019.
- No domínio da **difusão**, registou-se uma redução global dos prazos de divulgação e a **intensificação de uma política de comunicação mais direcionada para os utilizadores.**

**Em termos sectoriais**, destaca-se:

- a publicação das séries revistas da dívida pública, de acordo com as novas regras definidas pelo Eurostat, e séries revistas das contas nacionais financeiras e das estatísticas externas, de forma consistente com a base de 2016 das contas nacionais portuguesas (pelo Banco de Portugal, em estreita colaboração com o INE);
- a disponibilização dos resultados do Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2017 (responsabilidade conjunta do INE/Banco de Portugal);
- a divulgação dos resultados definitivos do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2018, com desagregação por NUTS II (INE);
- Divulgação dos dados relativos ao Inquérito piloto às Necessidades Especiais de Educação nos Estabelecimentos de Ensino Superior - caracterização da situação educativa do aluno (DGEEC/ME/MCTES);
- Disponibilização de informação estatística relativa a onze novos temas, destacando-se duas novas formas de apresentação dos dados da justiça cível e penal, denominadas “Panorama da justiça cível” e “Panorama da justiça penal” (DGPJ/MJ).

Foram melhorados os Portais das Autoridades Estatísticas, modernizados os formatos de divulgação da informação e intensificado o recurso às redes sociais, de forma a diversificar a comunicação com os utilizadores.

- Ao nível da **cooperação** no domínio da estatística prosseguiu a participação ativa nas estruturas do Sistema Estatístico Europeu, Sistema Europeu de Bancos Centrais, OCDE e Nações Unidas.

Os **Serviços de Estatística das Regiões Autónomas** prosseguiram a sua atividade quer como Autoridades Estatísticas na produção e difusão de estatísticas regionais, quer na produção de estatísticas de âmbito nacional enquanto delegações do INE nas respetivas Regiões.

Em 2019, os **recursos** afetos ao funcionamento do Sistema Estatístico Nacional foram os seguintes:

ENTIDADES	RECURSOS FINANCEIROS (€)	RECURSOS HUMANOS
1. Conselho Superior de Estatística	267.288 €	6
2. INE e entidades com delegação de competências (EDC)	INE: 31.9 milhões € *	INE: 623 *
	EDC: 3.7 milhões €	EDC: 113
3. Banco de Portugal	n.d.**	87
4. Serviço Regional de Estatística dos Açores	1.48 milhões €	51
5. Direção Regional de Estatística da Madeira	1.3 milhões €	48

\* Inclui os recursos afetos à atividade do CSE referidos em 1.

\*\* n.d. – não disponível

Informação detalhada sobre o CSE e a sua atividade pode ser consultada em <http://cse.ine.pt>